

O IDORT, O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO DE 1937

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Célia Aparecida de Souza

Apresentação

As preocupações existentes nesta pesquisa, com relação à atuação do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho) nas questões referentes à política de Estado, estão embasadas em problemáticas que se situam em períodos distintos, aqui demarcados em relação à atuação do IDORT na Constituição Brasileira de 1937.

À luz dos episódios de 1928, e a greve de 1929, comandados pelo BOC (Bloco Operário e Camponês), que causaram enorme preocupação ao setor industrial, procuro avaliar a conjuntura em que o IDORT surgiu e os interesses que nortearam suas ações.

Considerar seus diferentes discursos, decorrentes da prática de seus membros fundadores e sócios, torna-se necessário, a fim de identificar até onde se estendiam suas propostas de participação, não só nas questões relacionadas à racionalização do trabalho em empresas privadas, como também, nas instituições públicas.

Analisar como se deu a construção destes discursos e a conjuntura em que ocorreram também estará presente em minha pesquisa.

É possível perceber um certo tipo de poder de inserção que transitava entre o privado e o público sob uma prática, cuja pretensão era isentar o Instituto de pertencer a qualquer tendência política, deixando predominar a idéia de neutralidade e racionalização, segundo suas pretensões.

Torna-se necessário esclarecer a atuação de sujeitos que denominavam-se neutros e que ao longo dos anos, desde suas primeiras incursões nas esferas públicas, foram encontrando meios de permanecerem no poder.

O pensamento à cerca da democracia liberal, tão marcante nos interesses de Armando de Salles Oliveira, nomeado interventor para o Estado de São Paulo e membro fundador do IDORT, ficaram longe dos interesses de Vargas, durante o período em que este instituto passa a participar da política institucional, e isso será também discutido.

Quanto à historiografia, menciono o trabalho "1930 - O Silêncio dos Vencidos", cuja intenção é recuperar, do ponto de vista da metodologia, o que a historiografia brasileira conseguiu realizar após o surgimento de novas correntes teórico metodológicas, principalmente no decorrer dos anos 80.

O trabalho de Edgar De Decca também levanta aspectos importantes sobre o período em que se situa meu objeto de pesquisa: o pós 1930 e seus desdobramentos.

Considero necessárias as pesquisas que, obedecendo aos critérios científicos da investigação histórica, possam nos trazer múltiplas interpretações sobre o passado, enriquecendo nossa gama de conhecimentos, que é o que pretendo fazer, ao visitar um assunto polêmico como o que se passa entre 1930 e 1945.

Posso considerar que a leitura a que muito recorro ao longo deste trabalho, de autoria da Profª Dra. Maria Antonieta Antonacci, “ A Vitória da Razão (?) – O IDORT e a Sociedade Paulista”, me inspirou a procurar nas fontes disponíveis, informações que me levaram a problemáticas à cerca da participação do IDORT na política institucional (1).

Outros trabalhos historiográficos são de muita importância para minhas reflexões à cerca deste período, 1930-1945.

A partir do diálogo estabelecido com as fontes documentais, consegui, por meio das problemáticas que se colocaram, elaborar capítulos, que talvez sejam alterados até que esta pesquisa seja encerrada.

O primeiro capítulo, pretende buscar o porque do surgimento do IDORT e qual seu significado, do ponto de vista da política institucional.

O segundo, procura entender as questões que se colocaram durante a participação de Armando de Salles Oliveira à frente do governo paulista e seu posterior exílio.

No terceiro capítulo a problemática central levanta aspectos sobre a participação do IDORT no governo federal por meio das propostas encontradas em algumas leis que integram o conjunto de artigos da Constituição de 1937 que, segundo o IDORT, foram inspiradas em seu modelo de racionalização.

Estes capítulos ainda não estão plenamente encerrados e talvez, caso as problemáticas os reorientem, ainda haja modificações até que a pesquisa se complete.

O Significado do Surgimento do IDORT

Considero importante trabalhar o IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho) devido sua inserção na esfera pública durante o período em que se instaurou o governo de Vargas, logo após o golpe de 1930, e também por seu discurso voltado à racionalização do trabalho.

Observando o que se discutia internamente, neste Instituto, com relação à necessidade de racionalização da política, assim como a prática de seus membros fundadores e sócios, na atuação da administração pública do Estado de São Paulo e Governo Federal, assim como em cargos do poder legislativo, é que fiz minhas opções de trabalho.

As problemáticas surgiram em decorrência do contato com as publicações IDORT, neste sentido é que procuro compreender a participação política de alguns de seus membros, assim como a variedade de discursos, decorrentes de práticas, existentes neste Instituto, que ora procurava oferecer soluções para a racionalização do trabalho, ora para área da medicina, agricultura, igualmente para a educação, e de maneira incisiva para a política governamental.

Um exemplo importante que tenho a destacar é o fato de o IDORT trabalhar sob a idéia da racionalização compreendendo que, a orientação que se dá sob o viés científico, a qualquer situação, torna-se uma orientação não questionável, pois é a ciência que orienta a razão segundo seus ideais.

“(...)E se certificou, afinal, de que tudo quanto deva realizar há de ser necessariamente organizado para que se torne capaz de êxito. Ora, organizar pressupõe dois passos essenciais: preestabelecer o objetivo a atingir e determinar como realizá-lo. Tarefa que se decompõe em tantas outras de menor tomo quantas sejam os objetivos menores que envolva, abrangido naturalmente os meios de levá-los a efeito. Em todas essas operações, a Razão assume o comando, mas é a ciência, o saber acumulado, que indica os rumos a tomar(...)” (2).

Este pensamento erigiu as bases que sustentaram os argumentos do IDORT, instituto que, até os dias de hoje existe e oferece consultoria a empresas privadas e instituições públicas.

O IDORT foi criado em 1931 por engenheiros, médicos, empresários e outros segmentos que foram tornando-se sócios, de acordo com seus interesses.

Foi fundada uma revista que trabalhava seus ideais e circulava entre os sócios e demais interessados.

Importante ressaltar que, nesta ocasião, algumas transformações haviam ocorrido no Brasil, após Vargas tomar o poder em 1930.

Uma delas foi a criação do Ministério do Trabalho, órgão responsável por estabelecer o vínculo legal entre trabalhadores e empresários.

Vale ressaltar que, um pouco antes deste período, por volta de 1928 e 1929, o BOC (Bloco Operário e Camponês), havia se organizado e fundado a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), o que estimulou uma greve em São Paulo que durou mais de 70 dias e que apavorou o empresariado paulista. (3)

Depois de dois anos é que o IDORT é criado levantando a “bandeira” da racionalização, primeiramente do trabalho e na seqüência, a racionalização da política e a participação nas instituições públicas.

Assim que se apresenta e se fundamenta este capítulo que ainda está em fase de elaboração.

Gestão Política e Exílio de Armando de Salles Oliveira- 1933-1937

Como membro, fundador e presidente de honra do IDORT, o interventor Armando de Salles Oliveira iniciou seu cargo executivo no Governo do Estado de São Paulo, no ano de 1933, por meio de eleição e assim tornando-se interventor do Estado de São Paulo.

Em sua gestão política elevou o IDORT a Instituição de interesse público, por meio do decreto nº 6284 de 25/01/1934.

A partir desta ocasião o IDORT criou a RAGE (Reorganização Administrativa do Estado) que orientou a reorganização dos serviços da administração pública do Estado de São Paulo e de outros estados também.

O planejamento desta RAGE ficou pronto em 1935 e começou a ser implementado neste mesmo ano.

No ano seguinte, Vargas assina um decreto tornando o IDORT um instituto de interesse nacional (Decreto Lei nº 1155 de 19/10/1936).

Nesta ocasião, Armando de Salles Oliveira pede afastamento de seu cargo de interventor e se candidata ao cargo de presidente da república, daí surgem as divergências com Vargas que não aceita seu posicionamento político de liberal democrata.

Desta forma, o ex- interventor é exilado dias antes do golpe de 1937, quando uma carta sua endereçada aos militares, é lida pelos deputados federais um dia antes do golpe.

Esta carta denunciava o caráter autoritário que ameaçava as instituições democráticas do país.

Em seguida, porém no mesmo ano, Francisco Campos lança um livro dizendo da importância, para aquela ocasião, de se abolirem os partidos políticos que ameaçavam o pleno poder de governar.

Observe a seguir os trechos deste dois documentos:

" As palavras que nesta carta dirijo aos chefes militares, são o profundo e veemente apelo de um brasileiro sincero, cheio de emoção de amargura diante do panorama nacional (...)

Pela primeira vez, em nosso país, um partido de oposição, confiante na opinião popular, suplica que se cumpra a lei eleitoral, ao passo que, nos domínios governamentais, se trama contra ela. Para mim e para o meu partido, o voto, assegurado pela lei atual, continua a ser a melhor expressão da altivez brasileira. (...) Impedir, frustrar ou viciar o voto, para nós, é violar a dignidade do Brasil. (...) Eu e o meu partido acreditamos no povo, pensamos que a ele compete dizer a palavra decisiva e que essa palavra será de fidelidade às instituições.

Receosos de que a democracia, defendida por duas poderosas correntes, se tornasse vitoriosa, fazendo ruir os projetos de domínio, a que aludi, os seus autores lançaram mão de recursos extremos. Envolvendo a boa fé do Exército e da Marinha nas malhas da conspiração, aproveitaram o estado de guerra para destruir as forças políticas e abafar a consciência da nação". (4)

Esta denúncia e este sentimento expresso nesta carta, que foi reduzida, porém sem furtar os interesses de quem a escreveu, procura mostrar como Armando de Salles Oliveira enxergava estes acontecimentos.

Em comparação ao livro escrito por Francisco Campos (que esteve à frente dos trabalhos de elaboração e divulgação da Constituição de 1937), conseguimos perceber o antagonismo político presente nestas falas.

"Se a democracia de partidos já não comportava a luta política própria da época democrática e liberal, as novas formas de antagonismo político, peculiares ao nosso tempo, agravaram de modo impressionante os perigos que a democracia de partidos representa para a ordem e a paz pública" .(5)

Meu interesse neste segundo capítulo, é estar trabalhando a partir da observação destas questões que levaram ao exílio o ex – interventor por razões de ordem política, observando que o IDORT continuou ao lado de Vargas, tanto que comemorou a vitória das idéias, descritas sob o cunho da lei, na Constituição de 1937.

Ideais do IDORT na Constituição de 1937

Este pensamento que estaremos verificando a seguir, foi escrito pouco antes do golpe de 1937, momento em que é possível verificar a aproximação entre o discurso do IDORT e o do governo, que aliás ficou claro nas palavras de Francisco Campos, citado anteriormente.

"(...) É necessário que a direção dos negócios públicos obedeça ao mesmo critério objectivo adoptado na gestão dos negocios particulares, nas grandes organizações industriaes

modernas, collocando sempre as conveniências geraes do todo acima dos interreses parciaes.

Si, para as resoluções políticas se adoptassem systematicamente os methodos racionaes, baseados em factos, estatísticas, probabilidades, psychologia, ignorando-se os indivíduos (que não são mais do que instrumentos occasionaes) e só tendo em vista as suas funções no conjuncto, certamente o emaranhado de correntes de interesses relativamente pequeninos em que está reduzido o mundo seria promptamente desembaraçado e acertado na boa direcção e os accordos, os entendimentos e as collaborações surgiriam. (...) E, com a Racionalização da Politica, lancemos de facto a doutrina da moderação (...)" .(6)

Embora Armando de Salles Oliveira não estivesse mais à frente dos interesses do IDORT, por defender a democracia liberal, este possuía motivos para grande comemoração, pois alguns artigos da Constituição de 1937 tinham sido por ele influenciados.

" Desde o dia 10 de novembro tem o nosso país nova carta constitucional. Queremos salientar o facto de haver sido contemplada na constituição ora promulgada uma boa parte do programma pelo qual há muito vem lutando o IDORT .Não assignalamos essa circunstância, é claro, como uma Victória d'esta instituição, mas o fazemos como uma afirmação incontestável da Victória da idea que nortea as nossas atividades" (7).

A atuação deste Instituto ultrapassou a racionalização do trabalho, propondo formas de governar o país que constam na Constituição de 1937, por esta razão é importante analisarmos o significado político deste momento, no sentido de compreendermos se ocorreu uma confluência de forças entre o Estado e o IDORT e o que isso significou para o país.

É interessante observar o pensamento de Lefort à cerca do que sugere a racionalização para os modos de agir dentro de uma sociedade.

" A eficácia do sistema supõe, simultaneamente, a representação da cientificidade do discurso, e, num sentido, esta se encontrava no coração da ideologia burguesa, embora nesta a ciência ainda figure como um pólo visível. Há discurso sobre a ciência ao mesmo tempo em que a exploração da ciência para discorrer sobre o social. No próprio quadro da produção industrial, define-se um saber da racionalidade do trabalho, um saber que se exhibe, mas também se circunscreve nos limites de um aparelho dirigente(...) Como notou com justeza Marcuse, o discurso oficial da psicologia e da sociologia é comandado pelo artificialismo, pelo operacionalismo, pelo formalismo. Psique, sociedade e cultura são correntemente definidas como sistemas; impõem o modelo geral de uma organização, de um

funcionamento da personalidade e os conceitos de integração social, comunicação, tensão, regulação, desde as versões mais simplistas às mais sofisticadas”.(8)

Este pensamento será discutido, assim como o de outros teóricos que contribuíram para com o entendimento de situações em que, interesses políticos migram para um campo comum, utilizando o discurso da racionalização como um discurso científico, dotado de razão.

Vários livros que constam na bibliografia, assim como as fontes consultadas até o momento, não estão todos neste texto porém, foram utilizados para compor este pensamento até o momento, e constam em minha pesquisa.

NOTAS

- (1) ANTONACCI, Maria Antonieta. “A Vitória da Razão (?) – O IDORT e a Sociedade Paulista”. SP, Marco Zero, 1993.
- (2) Revista Comemorativa dos 30 anos de IDORT – maio/junho de 1961 – Ano XXX – nº 353/354, org. Pedro Ferraz do Amaral, p. 05
- (3) DE DECCA, Edgar. “1930 – O Silêncio dos Vencidos”. Ed. Brasiliense, SP, 1981, p. 105. (No trecho em que aparece esta discussão, fica clara a atuação do BOC durante a crise de 1929 que afetou o mundo e o Brasil também, o que resultou numa aglutinação de forças, tanto por parte dos empresários quanto por parte dos trabalhadores).
- (4) OLIVEIRA, Armando de Salles. “Escritos Políticos”, São Paulo, Ed. ARX (Organização da Coletânea de Discursos – Instituto Tancredo Neves), 2002, pp.442 a 449
- (5) CAMPOS, Francisco. “O Estado Nacional e suas Diretrizes”, RJ., Imprensa Nacional, 1937, p.12
- (6) Idem, nº 70 – outubro de 1937, pp. 218-219 (Transcrito conforme original)
- (7) Revista IDORT nº 72, dez. de 1937, p. 265 (Transcrito conforme original)
- (8) LEFORT, Claude. “A Formas da História – ensaios de antropologia política”. Ed. Brasiliense, SP, 1979, pp. 340-341.

Bibliografia

- ANTONACCI, Maria Antonieta M.** *"A Vitória da Razão (?) - O IDORT e a Sociedade Paulista"*. SP, Marco Zero, 1993.
- D'ARAUJO, Maria Celina.** *"O Estado Novo"*. Jorge Zahar Editor, RJ, 2000
- DE DECCA, Edgar.** *"1930- O Silêncio dos Vencidos"*. Ed. Brasiliense, S.P., 1981.
- GOMES, Angela de Castro** (organizadora). *"Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas"*. Ed. Fundação Getúlio Vargas, R.J., 1994.
- KAWAMURA, Lili Katsuo.** *"Engenheiro: Trabalho e Ideologia"*. Ed. Ática, SP, 1979.
- LEFORT, Claude.** *"A Formas da História – ensaios de antropologia política"*. Ed. Brasiliense, SP, 1979, pp. 340-341
- MOTA, Carlos Guilherme** (organizador). "A Revolução de 1930", Boris Fausto in: *"Brasil em Perspectiva"*. Ed, DIFEL, SP, 1984.
- PICHELI, Valdir.** *"O IDORT Enquanto Proposta Educacional no Contexto de Formação da Hegemonia Burguesa no Brasil (1930-1944)"*, Dissertação de Mestrado – UNICAMP, 1997- Prof Dr. Orientador, José Claudinei Lombardi.
- RANCIÈRE, Jacques.** *"O Desentendimento"*. São Paulo, Editora 34, 1996.
- TENCA, Álvaro.** *"Razão e Vontade Política: o IDORT e a Grande Indústria nos Anos 30"*, UNICAMP – Dissertação de Mestrado – orientador: Prof. Dr. Edgar DeDecca – 1987
- VIEIRA, Maria do Pilar de A., PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha., KHOURY, Yara Maria Aun.** *"A pesquisa em História"*. Ed. Ática, SP, 3ª ed., 1995.

Fontes

- Biblioteca da Faculdade de Direito - USP
- . Decreto nº 6.284 (Coleção Lex)
- . Constituição Federal do Brasil de 1937
- . CAMPOS, Francisco. " O Estado e suas Diretrizes Nacionais", Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1937
- . VARGAS, Getúlio. "Getúlio Vargas - Diário". apresentação de Celina Vargas do

ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

Amaral Peixoto, Ed. Siciliano, e FGV Ed., RJ.,1995.

.OLIVEIRA, Armando de Salles. “Escritos Políticos”, São Paulo, Ed. ARX

(Organização da Coletânea de Discursos – Instituto Tancredo Neves), 2002, .

- UNICAMP - Arquivos IDORT

. Diversas Revistas IDORT e Relatório da Diretoria

. Revista IDORT – Trinta Anos de IDORT – maio/junho de 1961